

Projeto de Lei nº 1526, de 2025

Iniciativa: Senador Randolfe Rodrigues (PT/AP)

Ementa:

Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), para dispor sobre a capacitação de profissionais da educação e demais funcionários de estabelecimentos de ensino público e privado de educação básica para a inclusão de estudantes com transtorno do espectro autista (TEA); a Lei 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre prioridade processual em que figure como parte a pessoa com transtorno do espectro autista (TEA).

Assunto: Jurídico - Processo

Data de Leitura: -

Em tramitação

Decisão:	-	Último local:	22/10/2025 - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
Destino:	-	Último estado:	19/03/2026 - MATÉRIA COM A RELATORIA
Relatoria atual:	Relator: Senador Fabiano Contarato		

Despacho:

20/10/2025

Decisão da Presidência

Análise - Tramitação sucessiva, Instrução da matéria

(SF-CDH) Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(SF-CAS) Comissão de Assuntos Sociais

(SF-CE) Comissão de Educação e Cultura

Relatoria:

CDH - (Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

Relator(es):

Senador Romário (encerrado em 02/12/2025 - Redistribuição)

Senador Flávio Arns (encerrado em 12/03/2026 - Redistribuição)

Senador Fabiano Contarato

TRAMITAÇÃO

19/03/2026 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Redistribuído ao Senador Fabiano Contarato, para emitir relatório.

12/03/2026 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Devolvido pelo Senador Flávio Arns, para redistribuição.

05/12/2025 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Redistribuído ao Senador Flávio Arns, para emitir relatório.

TRAMITAÇÃO

02/12/2025 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Devolvido pelo Senador Romário, para redistribuição.

02/11/2025 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Romário, para emitir relatório.

28/10/2025 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Não foram recebidas Emendas no prazo regimental.
Matéria aguardando distribuição.

22/10/2025 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Recebido na CDH.
Prazo regimental para apresentação de emenda:
Primeiro dia: 21/10/2025
Último dia: 27/10/2025

20/10/2025 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Prazo: Apresentação de Emendas a projeto terminativo em Comissão (Art. 122, II, "c", do RISF). De 21/10/2025 a 27/10/2025.
Perante a CDH.

20/10/2025 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: A matéria vai à CDH, à CAS e à CE, cabendo à última comissão a decisão terminativa, nos termos do art. 91, I, do Regimento Interno, podendo receber emendas perante a primeira comissão do despacho pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, "c", do Regimento Interno.

Publicado no DSF Páginas 30-32 - DSF nº 177

07/04/2025 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO DESPACHO

Ação: Autuado o Projeto de Lei nº 1526/2025. O projeto vai à publicação.

Publicado no DSF Páginas 536-540 - DSF nº 48

Projeto de Lei nº 1526, de 2025

DOCUMENTOS

Avulso inicial da matéria

Data: 07/04/2025

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Autuado o Projeto de Lei nº 1526/2025. O projeto vai à publicação.

Descrição/Ementa: -

PL 1526/2025

Data: 07/04/2025

Autor: Senador Randolfe Rodrigues (PT/AP)

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Autuado o Projeto de Lei nº 1526/2025. O projeto vai à publicação.

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), para dispor sobre a capacitação de profissionais da educação e demais funcionários de estabelecimentos de ensino público e privado de educação básica para a inclusão de estudantes com transtorno do espectro autista (TEA); a Lei 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre prioridade processual em que figure como parte a pessoa com transtorno do espectro autista (TEA).